

## Artigo

# A Covid-19 e o Estado Figuracional

Sandro Ari Andrade de Miranda\*

### **Resumo**

A pandemia de COVID-19 é um fenômeno que se apresenta no imaginário dos indivíduos, com elevado potencial transformador das relações sociais, inclusive fomentando uma retomada do papel do Estado da implementação de políticas públicas ou na construção de uma nova dinâmica de solidariedade. O presente estudo discute esta possível mudança, por meio de uma revisão histórica da recente transformação das estruturas estatais no período pós 1960, as quais influenciaram de alguma forma no combate à pandemia, como o neoliberalismo, a globalização, a fragmentação das estruturais estatais e o aumento da interdependência global derivada dos avanços das tecnologias comunicacionais. O argumento central consiste no entendimento de que a possível mudança decorrente desta pandemia é aparente e contextual, não representa uma possível transfiguração social, mas tão somente uma adequação urgente para atender as necessidades sociais decorrentes da crise instaurada, para conter o avanço da doença. O Estado, neste sentido, deve ser compreendido como uma estrutura figuracional, cujas características são influenciadas pelos contextos sociais, desenhadas dentro de um movimento de avanços e recuos, de acordo com compreensão cultural, econômica e política predominante em cada época.

**Palavras-chave:** COVID-19. Desglobalização. Estado Figuracional. Transfiguração Social.

### *Covid-19 and the Figurational State*

#### **Abstract**

*The COVID-19 pandemic is a phenomenon that appears in the imagination of individuals, with a high potential for transforming social relations, even fostering a resumption of the State's role in the implementation of public policies or in the construction of a new dynamic of solidarity. This study discusses this possible change, through a historical review of the recent transformation of state structures in the post 1960, which somehow influenced the fight against the pandemic, such as neoliberalism, globalization, the fragmentation of state structures and the increase of global interdependence derived from advances in communication technologies. The central argument consists on the understanding that the possible change resulting from this pandemic is apparent and contextual, it does not represent a possible social transfiguration, but only an urgent adaptation to meet the social needs arising from the crisis that was introduced, to contain the disease's advance. The State, in this sense, must be understood as a figurational structure, whose characteristics are influenced by social contexts, designed within a movement of advances and retreats, according to the prevailing cultural, economic, and political understanding of each period.*

**Keywords:** COVID-19. Deglobalization. Figurational State. Social Transfiguration.

\* Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas UFPEL.

No final de 2019, o mundo foi confrontado pela emergência de uma doença ainda desconhecida que provocou a internação e a morte de milhares de pessoas na cidade chinesa de Wuhan, na região central daquele país. Os primeiros sintomas, especialmente pneumonia e síndrome respiratória aguda grave, indicavam a possibilidade de uma nova mutação de alguma das cepas do vírus da gripe (*influenza*), como já se havia presenciado anteriormente. No entanto, os estudos de mapeamento genético desfizeram o mistério e demonstraram que se tratava de um coronavírus ainda desconhecido, denominado pela sociedade internacional de taxionomia de SARS-Cov-2, responsável pela *coronavirus disease 2019* ou *COVID-19* (sobre o tema, ler HARARI, 2020; SEGATA, 2020, ŽIŽEK, 2020).

Embora ainda não exista uma certeza quanto ao local de origem da doença<sup>1</sup>, em pouco tempo foram identificados surtos epidêmicos provocados por variações deste vírus em diferentes países, primeiramente na Ásia, na Europa e na costa atlântica dos Estados Unidos. Isto forçou a Organização Mundial de Saúde – OMS - a decretar, ainda em janeiro de 2020, *Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional (Public Health Emergency of International Concern)* – PHEIC, alertando as autoridades sobre o risco de disseminação internacional do vírus e a necessidade da adoção de medidas de precaução para evitar a propagação da doença e mortes. Tal medida se mostrou ineficaz e, posteriormente, em 11 de março de 2020, foi decretada a pandemia.

Como se observa nesta breve descrição sobre a emergência da COVID-19, da identificação do vírus, em dezembro de 2019, na China, até decretação da pandemia, em março de 2020, transcorreu um lapso temporal muito curto, algo incomum na história. No entanto, ainda mais surpreendente foi o que se observou depois, com o rápido fechamento de fronteiras internacionais de países, inclusive dentro da integrada União Europeia, e o confinamento

massivo de cerca de 4 bilhões de pessoas por meio de medidas de precaução, como distanciamento social (físico) ou bloqueio total de circulação (*lockdown*). Além disto, alguns governos passaram a adotar medidas desconhecidas no século XXI, só observadas com frequência nas grandes guerras do século passado, como o sequestro/desvio de equipamentos médicos para outros países ainda no aeroporto. Isto demonstra que este é um acontecimento com elevadas implicações sociológicas, ainda mais quando se observa uma aparente inversão da dinâmica de abertura das fronteiras que formou a narrativa da globalização do capitalismo (HARARI, 2020; ŽIŽEK, 2020).

O presente estudo, evidentemente, dado o seu caráter ensaístico, não tem como escopo apresentar o conjunto de acontecimentos sociológicos que foram observados durante o desenvolvimento da pandemia, processo este que está em aberto e, mesmo com a produção e aplicação de vacinas, ainda deve ser enfrentado durante algum tempo. O objetivo consiste em realizar uma breve discussão sobre a relação entre os acontecimentos decorrentes da pandemia e uma possível mudança de paradigma ou da forma social que a sociedade vem observando desde o final da década 1960. Na primeira parte será realizada uma análise das mudanças na forma social hegemônica observadas na segunda metade do século passado, especialmente em relação ao papel do Estado. Posteriormente, no segundo tópico, estas mudanças serão contraditadas com uma possível “*transfiguração*” da atuação estatal diante da crise do coronavírus. Por fim, serão argumentadas implicações destas mudanças, especialmente a introdução do conceito de “*Estado figuracional*”, desenvolvido a partir do conceito de *figuração* proposto por Norbert Elias. A hipótese central consiste no entendimento de que o papel do Estado é moldado ao longo dos anos em conformidade com as ideias e valores sociais e culturais hegemônicos de cada época, chamados aqui de contextos figuracionais. No entanto, estas hegemonias não são estáveis, mas o resultado de uma sociedade em movimento e podem sofrer o que se chamará de “*transfiguração social*”, ou seja, uma mudança rápida de valores resultante de fenômenos (des) reestruturantes como uma pandemia.

## A Emergência de Uma Nova Forma Social

De acordo com Frédéric Vandenberghe (2017, p. 13-15), a atual sociedade apresenta os contornos vagos de uma “nova civilização tecnocapitalista”, ainda rotulada por diversos adjetivos imprecisos, dos quais predominam dois discursos: o da “globalização” e o da “pós-modernidade”. Ainda segundo o referido autor, para chegar ao atual estágio, a humanidade passou por, pelo menos, três grandes revoluções: a *econômica*, resultante do “alastramento da ideologia neoliberal pelo mundo”; a *digital/cibernética*, pela qual “todas as esferas da vida foram integradas ao ciber mundo”; e a *genética/biotecnológica*, na qual a própria vida passou a ser objeto de controle potencial pela racionalidade humana, em especial a econômico-produtiva (VANDENBERGHE, 2017). As três revoluções, por sinal, não estão desvinculadas e possuem um imbricamento.

Um das principais consequências destas mudanças foi a perda da centralidade do Estado como fiador das garantias sociais e, inclusive, daquilo que Max Weber (1982, p. 103) chamou de monopólio da força física legítima sobre o território. Esta perda de poder estatal foi tão intensa a ponto do próprio Vandenberghe (2017) destacar que muitas das forças militares que atuam nas múltiplas guerras espalhadas pelo mundo não são mais vinculadas ao Estado, mas privadas. Este fenômeno, contudo, não foi o resultado de um movimento espontâneo e linear, carente de conflitos. As transformações enfrentadas pelo Estado são a consequência de um processo de transformação e de trocas de posições discursivas que envolveu, inclusive, setores dos segmentos progressistas da sociedade.

Conforme destacam Chiapelo e Boltanski (2009), a gênese desta transformação pode ser observada ainda nas grandes revoltas de estudantes e trabalhadores no final da década de sessenta e início da de setenta do século passado contra os padrões da sociedade da época. Os autores observam a

emergência de uma luta crescente por parte dos grupos mais jovens em busca de maior liberdade e autonomia, contra a “burocratização” da sociedade e “alienação” do mundo do trabalho. Inicialmente, as primeiras posições dos detentores do poder econômico em relação às reivindicações por maior autonomia e de “democratização do mundo do trabalho” foram refratárias. Entretanto, como será observado, esta ideia, no final da década de 1970, vai ser substituída.

Estes dois autores classificam as críticas apresentadas pelas revoltas populares de 1968-1972 em dois tipos: *crítica social*, que abarca as desigualdades econômicas e de acesso aos bens de consumo e serviços, e a *crítica estética*, que questiona a autoridade e a alienação do mundo do trabalho. Os estudos realizados pelas organizações empresariais daquela época, apresentados por Chiapelo e Boltanski (2009), indicam uma crescente perda de interesse dos jovens pelo trabalho na indústria, mesmo com remunerações mais elevadas do que a dos outros segmentos econômicos. Na prática, o movimento apresentava posições contraditórias, na medida em que a hegemonia discursiva da aliança dos protestos envolvia duas pautas centrais: segurança, entre trabalhadores sindicalizados, mais velhos e com menor qualificação, e autonomia/desalienação, entre a juventude das escolas e universidades. Aqui, a alienação que precisa ser *desalienada*, coincide com aquilo que Marx (2010) chama de perda da identidade, mas não apenas da identidade com aquilo que é produzido, mas com a forma como é produzido. Contudo, a crítica era mais aguda, também questionava as estratégias políticas burocratizadas e, portanto, também alienadas, que eram observadas no mundo soviético.

Chiapelo e Boltanski (2009) destacam que a primeira resposta apresentada por grupos empresariais para conter as revoltas populares francesas foi de aumento salarial e das garantias profissionais, expressos nos grandes acordos profissionais firmados na França entre 1972-1974. No entanto, o ganho de produtividade (e de lucros) observado inicialmente, não foi significativo, em especial pela desmotivação dos grupos mais jovens com a

estrutura do mundo do trabalho. Entre estes, as exigências parecem acompanhar um fenômeno semelhante ao relatado por Weber (1982), quando analisou a questão dos Junckers.

Os Junckers eram trabalhadores rurais do leste da Alemanha, que no século XIX passaram a migrar dos regimes tradicionais de produção para o sistema contratual. Weber (1982) observou que, mesmo encontrando maior segurança pessoal nos contratos tradicionais, tais trabalhadores optaram pelo novo e emergente processo de produção capitalista em busca de uma maior autonomia e liberdade. No seu entendimento, tal mudança não era o resultado apenas de uma imposição dos detentores do capital, mas da mudança do sistema de valores que orientava a ação da sociedade da época. Fenômeno semelhante está presente no relato de Chiapelo e Boltanski (2009).

A mudança cultural também se expressou nas respostas apresentadas para as reivindicações dos militantes de 1968. Apesar da postura negativa inicial dos grupos empresariais, aos poucos estas posições foram sendo alteradas com a transformação da liderança intelectual do setor patronal que passou a considerar alguns dos aspectos principais da crítica estética, notadamente em relação à busca de maior autonomia, como relevantes. Tanto que, já no início da década de 1980, este discurso foi adaptado pela nova classe dos consultores de administração e foi incorporado pelas empresas. Entretanto, esta incorporação não se deu de forma linear, o sistema de produção foi transformado e estruturado em torno da ideia de *flexibilização*, trabalhos por metas/projetos e, conseqüentemente, em concorrência e maior individualismo, o que também rompeu as velhas estruturas de solidariedade dos sindicatos.

Esta mudança de cultura transcendeu a esfera das empresas e, como observam os já citados Chiapelo e Boltanski (2009), mesmo com a ascensão da esquerda ao poder na França, ideias como privatização de serviços públicos, eficiência da administração e atuação por resultados passaram a influenciar nas decisões políticas, resultando naquilo que François Dubet (2004) chama de “perda de prerrogativas do Estado”, o que alterou, inclusive,

a preponderância das esferas de poder, com crescimento do protagonismo dos governos locais em detrimento do poder nacional.

As mudanças promovidas na ordem social pela revolução econômica não ficaram restritas à França. Em países como Estados Unidos (Regan), Grã-Bretanha (Thatcher) e Alemanha (Khol), foram conduzidas ao poder pelo voto, representando uma espécie de consenso político temporário que se globalizou e, na virada do século, já havia atingido todo o globo. Um dos fatores que contribuiu para este processo foi a associação entre a revolução econômica e a revolução tecnológica, especialmente pelo crescimento da cultura cibernética e a sua integração à rede mundial de computadores, acelerando a construção de redes globais de comunicação, inicialmente estruturadas nas frações sociais de maior renda. As tecnologias cibernéticas estão presentes em vários segmentos da economia, inclusive no crescente processo de automação da indústria iniciado em meados da década de 1970, mudando completamente as estruturas do mundo do trabalho. Mas a integração promovida pelo desenvolvimento da *Internet* não se restringiu à esfera da produção e deu vida para a percepção de um mundo cada vez menor, uma *aldeia global*, ao que David Harvey (2006) chamou de “compressão tempo-espaço”, característica principal da globalização.

Esta integração da “sociedade em rede” (Castells, 1999), não se expressa apenas no aumento da interação entre pessoas em lugares diferentes do globo, ou na construção de uma cultura digital fundada na *interconexão* e na criação de comunidades virtuais (Levy, 1999). Há uma redução crescente do poder simbólico e prático dos Estados dentro das suas fronteiras físicas e simbólicas, o que se observa especialmente com a movimentação contínua do capital financeiro, no seu dia útil de 24 horas, em 7 dias da semana, sem preocupações com controle de jornada. De acordo com François Dubet (2004, p. 65), o “estado-nação já não representa mais a sociedade”. Portanto, perde a sua identidade, submete-se à *crescente internacionalização da economia*, além de acompanhar uma também crescente dualização das sociedades, ou seja, “a desarticulação” da sociedade entre um setor moderno, ligado à competição

internacional, e um setor interno, “deixou de ser apanágio apenas das sociedades dependentes, partida entre os setores de exportação e os setores tradicionais voltados para o interior” (DUBET, 2004, p. 65).

Se no período do *welfare state* europeu a dualização da sociedade era um atributo aparente apenas nos países em desenvolvimento, com a expansão da lógica da flexibilização para as políticas públicas de Estado e o com aumento da insegurança nas relações laborais pela mudança na estrutura dos contratos de trabalho, este fenômeno também passa a atingir as nações centrais. Há uma elevação significativa da pobreza, com a divisão de um grupo restrito de pessoas muito ricas e com acesso aos resultados da produção social, e outro marginalizado, não propriamente excluído, porque continua fornecendo mão de obra e serviços de menor envergadura para os setores que ocupam a região central, muitas vezes de forma temporária e precária. A marginalização significa que este público se encontra afastado do centro da sociedade. Paulo Arantes (2004), com muita pertinência, tendo em vista que esta tipologia de desigualdade é comum nos países que foram antigas colônias dos países europeus, chama este processo de “brasilianização do mundo”<sup>2</sup>. Soma-se a esta fratura econômica a imigração constante de trabalhadores das antigas colônias europeias para as periferias das metrópoles do continente em busca de melhores perspectivas, aumentando a heterogeneidade cultural e aumentando a demanda por serviços públicos (DUBET, 2004).

Outra característica marcante da revolução econômica, embora contestada por autores como François Chesnais (1996) – autor que ainda observa um forte enraizamento destas empresas nas suas bases nacionais –, é a mudança do perfil do capital das grandes corporações, cada vez mais fragmentário e desenraizado. Aliás, o próprio Chesnais (1996) destaca que, diferentemente do discurso do passado, o que é bom para a Volkswagen, não é mais tão bom para a Alemanha. Assim, se algumas multinacionais ainda mantêm a sede em seus países de origem, o processo produtivo está partilhado em diversos cantos do globo, por meio da redistribuição internacional das plantas produtivas (HARVEY, 2006), fenômeno definido por David Harvey



(2006) como *deslocalização*, o qual consiste na *transnacionalização* cada vez maior dos processos produtivos.

A transnacionalização produtiva pressiona as estruturas dos Estados nacionais em busca de locais onde existam menores custos de produção, sejam salários, encargos tributários, regulamentos ambientais ou normas sanitárias (CHESNAIS, 1996; HARVEY, 2006). Um dos exemplos mais característicos deste processo é a atuação das empresas *off-shore*, que monopolizam a construção naval e sequer possuem maquinário em seu nome, além de manterem capital *financeirizado* e alocado em paraísos fiscais. Sem base física nacional sólida, estas empresas migram facilmente de país ou região de acordo com as vantagens recebidas ou demandas potenciais. Com relação às multinacionais, muitas promovem a disseminação de uma cultura identitária desenraizada, na qual ser parte da empresa é algo muito mais significativo do que ser nacional de um país.

A terceira revolução citada por Vandenberghe (2017) é a genética/biotecnológica. Esta revolução permite mapear as origens de problemas e de doenças por meio da análise do código genético dos agentes patogênicos, como um vírus, ou do próprio paciente. Também criou condições para programar e reprogramar o desenvolvimento orgânico das espécies, cujo exemplo mais notório é a produção dos organismos geneticamente modificados, os transgênicos. Na revolução biotecnológica, o processo de produção abandona o universo público do trabalho e ultrapassa a fronteira da esfera íntima, entrando no ambiente interior da vida. No seu extremo, seres vivos são patenteados e reconhecidos como meros códigos alfanuméricos. Não há mais uma hierarquia racional entre espécies, mas um domínio da própria produção (que deixa de ser autônoma) e reprodução dos seres vivos. Se o mapeamento genético permite uma maior segurança da identificação de patologias, o patenteamento de códigos genéticos mercantiliza a vida. Desta forma, esta é uma revolução que possui elevadas implicações sociais e éticas que necessitam de uma avaliação mais rigorosa.

Como será analisado no próximo tópico, este conjunto será observado com muita força durante o enfrentamento global da pandemia de COVID-19, como a presença de estruturas estatais cada vez mais fragmentária, o uso da rede mundial de computadores ao mesmo tempo como mecanismo de informação e de desinformação social, além do uso do conhecimento tecnológico sobre o corpo como mecanismo de controle.

### **A Pandemia da Desglobalização?**

Como se observou no tópico anterior, uma das características mais evidentes da forma social que emergiu após as revoltas estudantis e de trabalhadores em 1968 foi a crescente perda do poder de intervenção do estado-nacional, especialmente no funcionamento dos mercados de serviços e de capitais. Neste cenário, há uma mudança da ideia de soberania, cada vez mais fragmentária, localizada, quando não fluída em torno dos grandes oligopólios do capital industrial e financeiro. No entanto, com o advento da pandemia de COVID-19, ocorre uma aparente transformação política e o retorno de muitos países para as suas esferas internas, com o fechamento de fronteiras, centralização das decisões em torno dos sistemas de saúde e limitação na liberdade individual, inclusive com o bloqueio de parte do comércio internacional para abastecer o mercado interno, considerado por Maristella Svampa (2020) como uma espécie de “estado de exceção sanitário temporário”.

De acordo com o filósofo coreano Byung-Chul-Han (2020), este aparente retorno ao Estado nacional é uma “vã tentativa de soberania que não serve para nada”. No seu entendimento, mais útil do que “fechar as fronteiras alucinadamente” seria fortalecer uma política intensa de cooperação entre os países para evitar consequências piores mais adiante. A verdade é que a pandemia deixou evidenciadas algumas patologias do novo modelo de capitalismo flexível, turbinado pela tecnologia, como a crescente dependência entre os países em virtude da fragmentação do processo

produtivo e deslocalização dos insumos, especialmente mercadorias de saúde e para a produção de medicamentos, além do aumento do individualismo e da concorrência, não apenas entre pessoas, mas entre países, além do crescimento do fundamentalismo político e religioso.

Segundo Marcelo Coutinho (2020), “o tombo provocado pelo colapso sanitário de 2020 equivale aos choques de 1929 e 2008 somados”. Entretanto, ao contrário de muitos analistas, ele não se mostrou surpreso com o retorno aparente do protagonismo do estado-nação e da instauração do que chamou de processo de *desglobalização*. Para ele, a pandemia surgiu no momento de retorno de nacionalismo, de acirradas disputas geoeconômicas entre países pela hegemonia internacional, especialmente entre Estados Unidos, China e Alemanha (carregando a União Europeia) e de enfraquecimento do arranjo político das organizações multilaterais patrocinado pelo surgimento da nova direita.

Este retorno paradoxal para a esfera nacional, também é um resultado do enfraquecimento político do estado-nacional, em especial no que se refere ao crescimento da xenofobia e do racismo. Conforme destaca Dubet (2004, p. 65), o racismo, “de um lado representa os temores decorrentes da mutação da representação nacional” e, em muitos países europeus, de outro, “a crise do modelo de cultura nacional”. Segundo Han (2020), quando os países europeus fecharam as fronteiras para migrantes de outras nacionalidades, o continente era o epicentro da pandemia. Logo, não havia motivo para tal fechamento, razão pela qual o mais adequado eticamente seria impedir o deslocamento dos próprios europeus para outros continentes, evitando, assim, a disseminação do vírus em escala global.

Ocorre que, com o advento da globalização informacional, como bem lembra Manuel Castells (1999), também se criou um campo aberto para a disseminação dos discursos nacionalistas e fundamentalistas, que passaram a utilizar este canal para dar voz aos seus anseios e preconceitos. Além disto, com o crescimento das políticas neoliberais, mesmo em países com grande capacidade estrutural histórica nos seus sistemas de serviços públicos, em

especial o de saúde, observou-se uma fragilização e precarização destes. Soma-se a isto a mudança do perfil demográfico da população de vários países europeus, com o seu envelhecimento, o que também reforçou a necessidade de um alargamento das medidas de proteção. Com elevada dependência de insumos médicos com produção deslocalizada em outras regiões, com estrutura fiscal fragilizada pelos arranjos fiscais neoliberais e a precarização generalizada dos serviços públicos, além do desconhecimento sobre as formas de disseminação do vírus e os impactos da doença, o recurso ao fechamento das fronteiras se mostrou como uma medida rápida e prática na memória histórica dos governantes, algo disponível no momento.

Mas se o fechamento de fronteiras foi uma ação comum entre os diversos países, também é relevante notar o papel crescente da tecnologia nos conflitos decorrentes da pandemia, inclusive como ferramenta para prejudicar o enfrentamento das doenças, como no caso das notícias falsas que proliferaram no mundo virtual (*fake news*). A divulgação de falsas informações não é uma novidade em contexto de crises, basta lembrar todos os mitos que foram criadas quando da “*Grande Peste*” do século XIV, chamada por muitos de condenação divina (HARARI, 2020). Contudo, o que se observou durante a pandemia de COVID-19 foi uma aceleração nestas transmissões, muitas vezes divulgadas intencionalmente por motivos econômicos, políticos, geopolíticos ou religiosos, para deslegitimar ações de controle, como o distanciamento social, por exemplo, ou para disseminar preconceitos contra países concorrentes, como no caso da sinofobia fomentada por governos e políticos ocidentais de extrema direita (HARARI, 2020; ŽIŽEK, 2020).

Sem avançar na discussão sobre o mérito de algumas ações, o uso intensivo de tecnologia foi um dos marcos de referência do processo de enfrentamento da pandemia de COVID-19. Num primeiro momento, mais da metade da população do globo passou por um confinamento massivo e muitas atividades relevantes, inclusive econômicas e educacionais, somente foram possíveis graças ao uso das novas tecnologias digitais e comunicacionais. Este não é um fenômeno necessariamente temporário, pois pode contribuir a médio

prazo para uma mudança do perfil produtivo de muitas empresas, especialmente de serviços, e para uma precarização/flexibilização ainda maior das atividades laborais (COUTINHO, 2020), mas é algo significativamente novo e relevante quando confrontado com processos semelhantes de épocas anteriores.

A tecnologia também está presente tanto na identificação da origem da doença, quanto na produção de medicamentos e vacinas por meio do mapeamento genético do vírus e dos pacientes. Na verdade, esta é a primeira pandemia cujo estudo do código genético foi utilizado de forma intensiva (HARARI, 2020). Já no campo da segurança, recursos como controle da temperatura corporal, identificação facial e geolocalização passaram a ser utilizados de forma agressiva para reduzir aglomerações, medir o distanciamento social e prevenir a contaminação (COUTINHO, 2020). No entanto, como destaca Han (2020), isto também pode resultar no fomento a uma nova forma de Estado, no qual direitos fundamentais básicos erigidos na gênese da modernidade também sofram com restrições/flexibilizações, o que também representa um risco para as democracias modernas.

Por outro lado, a tecnologia, associada à fragmentação dos processos produtivos e à hipermobilidade internacional de pessoas, também foi um fator fundamental para a rápida disseminação do vírus, dadas as facilidades para a circulação global de pessoas através dos novos meios de transporte. Se nas décadas de 1910-1920, quando do surto global de influenza H1N1 (a gripe espanhola), as pessoas levavam dias ou semanas para viajar de um continente ao outro, nos tempos atuais a viagem é realizada em algumas horas. Considerando que o tempo de incubação do vírus SARS-Cov-2, responsável pela COVID-19, é de 14 dias, a mesma pessoa pode embarcar no veículo e chegar no seu destino sem sintomas evidentes. Neste período pré-sintomático o mesmo indivíduo pode ter disseminado o vírus em outros corpos, em muitos locais diferentes. Daí a relevância da colaboração internacional e da informação defendida por Han.

Fazendo um comparativo entre as estratégias de proteção contra o coronavírus na Ásia e na Europa, Han (2020) destaca que o uso mediado da tecnologia digital, observado pelos asiáticos, tem-se apresentado muito mais efetivo no enfrentamento da pandemia do que o fechamento de fronteiras realizado na Europa. Ressalta que uma das diferenças fundamentais entre os dois continentes é a predominância de uma preocupação com o coletivo ao Leste, contra a predominância da cultura individualista no Ocidente. Contudo, ele mesmo alerta que este modelo cultural herdado do Iluminismo pode estar em declínio, ainda mais diante de um contexto de crescente crises resultantes da ação dos seres humanos sobre o planeta. Afirma, da mesma forma que Vandenberghe (2017), que o mundo caminha para uma “biopolítica digital que acompanha uma psicopolítica digital”, ambas “controlando ativamente as pessoas” (HAN, 2020).

## **O Estado Figuracional e a Transfiguração Social**

Como observado nos tópicos anteriores, as revoltas da juventude francesa, na década de 1960, foram o prenúncio de uma mudança cultural e de transformação nas formas das relações sociais que a antecederam. Se a política de bem-estar europeu do pós-guerra foi estruturada na busca por segurança e da intervenção do Estado, o que se observou nas décadas seguintes foi a construção de uma sociedade ainda mais liberal e individualista do que a que antecedeu a grande crise de 1929 e levou a economia mundial ao colapso. Estas transformações, em consequência, levaram a uma reconfiguração do Estado nacional que paulatinamente vai perdendo a sua centralidade para uma nova estrutura econômica, igualmente liberalizante e individualista, mas agora globalizada.

De acordo com Byung-Chul Han, o comportamento adotado pela sociedade e pelos países durante a pandemia de COVID-19 demonstrou que aos poucos emerge uma nova ordem social construída em torno da dominância da tecnologia. O futuro, segundo ele, está na digitalização e talvez seja

necessário redefinir o que significa soberania. Para o filósofo coreano, no mundo contemporâneo “é soberano quem dispõe de dados. Quando a Europa proclama o estado de alarme e fecha fronteiras continua aferrada a velhos modelos de soberania” (HAN, 2020).

Dando continuidade à discussão apresentada pelo próprio Han, apresentada no tópico anterior, é necessário notar que os bloqueios das fronteiras nacionais postos em prática por muito países, *ao contrário das medidas internas de distanciamento social*, não apresentaram resultados significativos em termos de enfrentamento da pandemia. Ao contrário, prejudicaram o acesso a bens, medicamentos e serviços, contribuindo para a contabilização de números crescentes de óbitos. A ineficácia das políticas de “isolamento nacional” dos países e a falta de articulação política entre as diferentes estruturas de poder, fomentaram a criação de um ambiente onde predominaram divergências desnecessárias, como as tentativas de deslegitimação da Organização Mundial de Saúde – OMS. Um dos exemplos mais evidentes desta situação foi a predominância de uma lógica de concorrência privada entre grandes conglomerados farmacêuticos para a produção de vacinas, o que reflete na concentração da sua distribuição, na demora para implementar uma logística destes imunizantes e no pouco acesso dos países pobres a esta tecnologia, controlada por sistemas de patentes.

Contudo, mesmo que o mercado capitalista tenha controlado o processo de produção de vacinas e medicamentos, a pandemia apresentou uma retomada do protagonismo do Estado como garantidor da estabilidade social, seja pela ampliação dos sistemas hospitalares, de vigilância e fomento à pesquisa, no campo da saúde, seja na implementação de políticas sociais voltadas a permitir alguma segurança social aos trabalhadores afetados pelas ações de distanciamento, como o pagamento de água, luz, energia, pensões temporárias, auxílios e renda básica, seja no fomento do próprio setor empresarial com sistemas de crédito, pagamento temporário de salários, suspensão de impostos, dentre outras. O crescimento da atuação do Estado na implementação de políticas sociais e econômicas foi tão significativo, que a

Presidenta do Parlamento Europeu, Ursula Von der Leyer defendeu a implementação de um plano voltado à recuperação da economia do bloco no período pós-pandemia, o qual chamou de “Novo Plano Marshall”, em referência à ação implementada pelos Estados Unidos para recuperar uma Europa devastada depois da Segunda Guerra Mundial (EURONEWS, 2020).

Estas transformações observadas tanto nas políticas implementadas nos países, como na estratégia discursiva dos seus dirigentes, recolocaram a discussão sobre uma possível retomada do papel do Estado como principal responsável pelo gerenciamento da economia, tal qual observado no pós-guerras. Slavoj Žižek (2020), por exemplo, sustenta a possibilidade de construção de um comunismo reinventado, menos burocrático e centralizador, como o que dominou os regimes soviéticos, mas mais próximo da perspectiva humanística apresentada nas obras de Marx. Entretanto, ele mesmo adverte que este é um caminho que está aberto e que no pós-pandemia, a “verdadeira luta se dará em torno de qual forma social substituirá a nova ordem mundial liberal-capitalista” (ŽIŽEK, 2020, p. 133).

Se por um lado ainda é impossível projetar um futuro sobre a organização do Estado, compartilhando a visão positiva e humanista de Žižek, ou pessimismo de Han, por outro, é possível compreender as mudanças do papel do Estado e os impactos da pandemia nas suas características, aproveitando as ferramentas intelectuais desenvolvidas por Norbert Elias, em especial o conceito de figuração ou configuração.

Para o sociólogo alemão, os acontecimentos históricos não são o resultado de um movimento linear e nem de um único fator determinante, como a mudança cultural da juventude apresentada na obra de Chiapelo e Boltanski (2009), nem mesmo o resultado da ação de indivíduos guiados por uma transformação nas formas de racionalidade social. No seu entendimento, podem, inclusive, coexistir duas realidades distintas, ou configurações, dentro de um mesmo contexto. De acordo com Elias, (1999, p. 143), as configurações são mutáveis e no seu interior há “um equilíbrio flutuante e elástico e um equilíbrio de poder, que se move para diante e para trás, inclinando-se



primeiro para um lado e depois para o outro. Este tipo de equilíbrio flutuante é uma característica estrutural do fluxo de cada configuração”. Assim, eventuais mudanças na aparência das formas sociais não representam necessariamente mudanças permanentes, podem ser o resultado de um contexto histórico específico, motivado por um fator desestruturador e reestruturador, como uma pandemia.

Segundo Elias (2010, p. 57), “os modelos das configurações, dos padrões ou estruturas sociais podem ser tão precisos e fidedignos quanto os resultados da mensuração quantitativa de fatores ou variáveis isolados”. Contudo, segue o autor “o que lhes falta é o caráter ilusoriamente conclusivo das inferências baseadas unicamente na análise quantitativa, que muitas vezes são confundidas com a exatidão” (ELIAS, 2010, p. 57). Em síntese, uma configuração, não é o resultado de um modelo uniforme, preciso, exato e, mesmo dentro de contextos em que se apresentam mudanças significativas no comportamento de um agente, esta postura divergente não representa necessariamente uma transformação, pode representar apenas uma necessidade emergente, dentro de um contexto figuracional específico. Logo, as respostas interventivas dos Estados nacionais, embora se apresentem como necessárias, não significam uma transfiguração social, ou seja, uma mudança da hegemonia política, cultural ou econômica.

O Estado, portanto, é uma estrutura figuracional, cujo funcionamento e representação são influenciados de forma dinâmica pelas ideias hegemônicas dentro de cada contexto ou figuração, as quais são mais ou menos diferenciadas e carregadas de tensões, conflitos (ELIAS, 1994). As transfigurações, ou seja, as mudanças de configuração, em geral, são lentas, não ocorrem de forma imediata, por simples ruptura em determinadas configurações, são decorrência de processos sociais que consolidam perspectivas culturais e políticas dentro de determinados grupos que passam a influenciar nas ações da sociedade, como se observou nos tópicos anteriores sobre o avanço do neoliberalismo que se alicerçou em partes das reivindicações de movimentos que em princípio lhe eram contrários, como as

revoltas sociais da década de 1960, mas que ao mesmo tempo foram combinadas por uma revolução tecnológica e científica que alimentaram projetos de fragmentação das estruturas estatais. Mesmo as revoluções são o resultado de um movimento que se inicia com antecedência, que é construído ao longo do tempo em virtude dos conflitos sociais latentes. Isto não significa, por outro turno, a impossibilidade de que acontecimentos inesperados, como a pandemia de COVID-19, sejam a gênese de uma futura transfiguração social.

### **Considerações Finais**

O presente trabalho, conforme destacado anteriormente, apenas introduz a discussão sobre transformações sociais relevantes, sobre uma possível mudança de forma social e o papel do Estado. Tais transformações atravessam vários setores da sociedade, algo que fica evidenciado diante de um fenômeno com elevado potencial para a desconstrução e reconstrução de relações, como a pandemia de COVID-19.

No que tange aos impactos da citada pandemia no funcionamento do estado-nação, é possível considerar que os processos sociais que envolvem ambos induzem à compreensão de que há uma reconfiguração da ordem social. Entretanto, e pensando de forma prospectiva, não é possível decretar que o futuro da sociedade irá desconstruir o conjunto de valores que deram substância à sua atual forma, em especial ao que se convencionou chamar de modernidade e os seus pilares normativos: democracia política, economia de mercado e a existência de Estados nacionais. O mercado, como adverte Karl Polanyi (2012), é uma estrutura anterior ao próprio capitalismo, tendo surgido para regular as relações de intercâmbio já nas primeiras sociedades. No mesmo sentido, a democracia política é um instituto que vem sofrendo reestruturações ao longo do tempo e com sociedades cada vez mais complexas e diferenciadas, e parece que tende ao alargamento das suas esferas, mesmo diante dos reveses recentes na luta contra os fundamentalismos. Já o estado-

nacional também é uma estrutura social cujo formato é reestruturado constantemente pelos conflitos existentes no seio da sociedade, e vai sendo moldado em cada contexto pelos valores predominantes política, econômica e culturalmente.

Tomando como referência a obra de Norbert Elias (1994), é possível afirmar que o Estado é uma estrutura figuracional, cuja representação é influenciada pelos conflitos e ideias hegemônicas na sociedade em cada época. Não é algo estanque, muito menos instrumental, motivo pelo qual também é possível pensar em outras formas de Estado, mais abertas para políticas inclusivas. No mesmo sentido, parece ainda muito cedo para falar em desglobalização, pois a própria disseminação viral demonstra que a interdependência entre as diversas esferas de intercâmbio social tende a crescer e não a diminuir. A atividade humana ainda continua em constante aceleração, algo relevante em razão da urgência das crises emergentes relacionadas às mudanças climáticas. Desta forma, e a pandemia deixou isto muito claro, o papel do Estado continua sendo mediado pelo momento histórico.

**Sandro Ari Andrade de Miranda** é Advogado, Mestre em Ciências Sociais e Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas UFPEL.

Contato: [sandro.aa.miranda@gmail.com](mailto:sandro.aa.miranda@gmail.com)

Artigo recebido em: 01-02-2021

Aprovado em: 01-04-2021

Como citar este texto: MIRANDA, Sandro Ari de Andrade de. A Covid-19 e o Estado Figuracional. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 07, nº 01, p. 28-48, 2021.

## Referências

- ARANTES, Paulo. **A Fratura Brasileira do Mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização**. In: Zero à Esquerda. São Paulo: Conrad, 2004, p. 25-77
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. trad.: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHIAPELO, E. & BOLTANSKI, L. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.
- COUTINHO, Marcelo Coutinho. **Pandemia e Desglobalização**. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 14 de maio de 2020. Disponível em: [http://www.nepp-dh.ufrj.br/artigo\\_14\\_05\\_2020\\_prof\\_Marcelo.pdf](http://www.nepp-dh.ufrj.br/artigo_14_05_2020_prof_Marcelo.pdf). Acesso em 14/06/2020.
- DUBET, François. **Sociologia da Experiência**. Editora Piaget: Lisboa, 1994.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Tradução: Maria Luiza Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1999.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: a sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- EURONEWS. **União Europeia à espera de um "novo Plano Marshall"**. Euronews, 17 de abril de 2020. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2020/04/17/uniao-europeia-a-espera-de-um-novo-plano-marshall>. Acesso em 15/01/2021.
- HAN, Byung-Chul. **O Coronavírus de Hoje e o Mundo de Amanhã, segundo o filósofo Byung-Chul Han**. El País, 20 de março de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html>. Acesso em 16/12/2020.
- HARARI, Yuval Noah. **Notas Sobre a Pandemia**. Tradução: Odorico Leal. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- HARVEY, David. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2006.
- LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MAGENTA, Matheus. **Coronavírus Em Esgoto De 4 Países Antes De Surto Na China Aumenta Mistério Sobre Origem Do Vírus**. BBC News Brasil, 09 de julho de 2020. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53347211?at\\_medium=custom7&at\\_custom3=BBC+Brasil&at\\_custom2=facebook\\_page&at\\_custom1=%5Bpost+type%5D&at\\_campaign=64&at\\_custom4=010A4856-C1DF-11EA-AB05-00DBFCA12A29&fbclid=IwAR0I8RA5boxP96RxAGEO9oABx3mq4dNJDwvjoDeIjtijnSULYq7t9cZU0](https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53347211?at_medium=custom7&at_custom3=BBC+Brasil&at_custom2=facebook_page&at_custom1=%5Bpost+type%5D&at_campaign=64&at_custom4=010A4856-C1DF-11EA-AB05-00DBFCA12A29&fbclid=IwAR0I8RA5boxP96RxAGEO9oABx3mq4dNJDwvjoDeIjtijnSULYq7t9cZU0). Acesso em 10/07/2020.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Tradução: Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SEGATA, Jean. **COVID-19, Biossegurança e Antropologia**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 26, nº 57, p.275-313, maio/agosto de 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832020000200275&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832020000200275&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em 14/11/2020.

SVAMPA, Maristella. **Reflexiones Para Un Mundo Post-coronavirus**. Nueva Sociedad, abr. 2020. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/reflexiones-para-un-mundo-post-coronavirus/>. Acesso em 17/06/2020.

VANDENBERGHE, Frederic. **Pós-humanismo ou a Nova Lógica Cultural do Neocapitalismo Global**. Tradução: André Magnelli. São Paulo: Annablume Editora, 2017.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

ŽIŽEK, Slavoj. **Pandemia: COVID-19 e a reinvenção do comunismo**. Tradução: Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2020.

---

<sup>1</sup> Pesquisas realizadas com a amostra de esgoto de grandes cidades indicaram a presença do vírus responsável pela COVID-19 em pelo menos quatro países antes da China, inclusive foi observada a presença deste em cidades brasileiras antes da notificação do primeiro caso (ver, MAGENTA, 9 de julho de 2020).

<sup>2</sup> A ideia de *brasilianização* é uma analogia para a reprodução em escala global de sociedades semelhantes à brasileira que, mesmo com crescimento da atividade econômica, apresentam elevadas desigualdades sociais. Uma consequência prática do avanço internacional do neoliberalismo, tanto na esfera econômica, quanto na cultural.